



Governo do Distrito Federal
Polícia Militar do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2025
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF
UASG - 926016
AMPLA CONCORRÊNCIA - LOTE ÚNICO (Itens 01 a 05)

OBJETO: Contratação de empresa especializada de serviços contínuos no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a frota de todas as aeronaves da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo "A" e RETA, Aditivo "B" (classes 1 a 4), e adicionais, elencados abaixo, dos helicópteros e aviões de propriedade da PMDF, conforme especificações constantes no anexo I do edital, a saber:

- a) 03(três) helicópteros modelo Esquilo AS350B2;
- b) 01 (um) avião, modelo Cessna T 210 N;
- c) 01 (um) avião, modelo EMB-820C Carajá;

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 00054-00121733/2025-54

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/12/2025 às 08h30 (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por Lote

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.655.484,93 (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos)

Torna-se público que a Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, por meio do Departamento de Logística e Finanças - DLF, sediado no Anexo I do Quartel do Comando Geral da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada de serviços contínuos no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a frota de todas as aeronaves da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDf). O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classes 1 a 4), e adicionais, elencados abaixo, dos helicópteros e aviões de propriedade da PMDF, conforme especificações constantes no Anexo I, do edital, a saber:

- a) 03(três) helicópteros modelo Esquilo AS350B2;
- b) 01 (um) avião, modelo Cessna T 210 N;
- c) 01 (um) avião, modelo EMB-820C Carajá;

1.2. A licitação será organizada em 01 lote único contendo 05 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência. Exige-se do licitante que ao participar do certame, ofereça proposta para todos os itens que compõem o lote único.

Lote	Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
ÚNICO	1	AS 350 B2 (PP-FSP)	01	R\$ 296.296,52	R\$ 296.296,52
	2	AS 350 B2 (PR-PMD)	01	R\$ 508.785,52	R\$ 508.785,52
	3	AS 350 B2 (PR-PMF)	01	R\$ 508.785,52	R\$ 508.785,52
	4	Cessna T210 N (PR-LLN)	01	R\$ 139.433,82	R\$ 139.433,82
	5	EMB 820C (PT-VKJ)	01	R\$ 202.183,55	R\$ 202.183,55
	TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$ 1.655.484,93

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, quando do cadastro de sua proposta, declarando assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no item 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens 2.8.1 e 2.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.9. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no item 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.10. Em atendimento ao previsto estabelecido no inc. III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o Lote único que compõem o objeto deste edital será destinados à Ampla Concorrência conforme previsão constante no Item 28.8 do Anexo I - Termo de Referência deste Edital;

2.11. Não poderão participar desta licitação:

2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela

necessários;

2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.11.9. A vedação do subitem 2.11.8 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

2.11.10. A vedação do subitem 2.11.8 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas;

2.11.11. A vedação do subitem 2.12.8 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título;

2.11.12. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.11.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

2.11.15. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

2.11.15.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

2.11.15.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

2.11.16. A vedação de que trata o item 2.11.15. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

2.11.17. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

2.11.18. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.11.19. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

2.11.20. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.17. A vedação de que trata o item 2.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.18. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcios e cooperativas nesta licitação, conforme justificativa do item 28.1 do Anexo I do Edital - Termo de Referência.
- 2.19. Conforme o item 28.2 e 28.5 do Anexo I do Edital - Termo de Referência, não será permitida a subcontratação do objeto pela licitante vencedora.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação virá após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório
 - 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário dos itens e valor total do Lote;
 - 4.1.2. Marca;
 - 4.1.3. Fabricante;
 - 4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

4.12. As licitantes deverão apresentar propostas de preços conforme modelo contido no Item 32 do Termo de Referência (Anexo A - Modelo de Proposta Comercial).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do Lote.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. O modo de disputa adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.4.1 e 3.6. deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
 - 7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
 - 7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. Qualificação técnica

7.2.1.1. A licitante deverá comprovar sua qualificação técnica conforme item 22 do Termo de Referência, Anexo I do edital.

7.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sitio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VI - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
LC =	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE

SG =	ATIVO TOTAL
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do lote que a licitante pretenda concorrer.

7.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

7.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.
- II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

- 7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.
- 7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.
- 7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
- 7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças - SPL DALF, sediada no Anexo I do Quartel do Comando Geral da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.
- 7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.
- 7.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.15. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.15.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado junto a Seção de Contratos e Convênios do BAVOP, pelos telefones: (61) 3190-7960 ou (61) 99666-6014, no horário de 13:00 às 19:00, de segunda-feira a quinta-feira e nas sextas-feiras das 07:00 às 13:00, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.15.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: dalf.licitacao@pm.df.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 9.1.2.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou apresentar pedido de esclarecimento ao Edital;

10.1.1. A impugnação ao Edital e/ou pedido de esclarecimento deve ser apresentado até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no e-mail: dalf.licitacao@pm.df.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

11.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

11.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

11.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

11.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

11.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

11.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

11.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

11.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável e sujeito a repactuação e, regra geral, também cabendo reajustamento nos moldes da Lei nº 14.133/21 e do Anexo I deste Edital;

11.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, pela utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

11.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

11.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. A Polícia Militar do Distrito Federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 12.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 12.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 12.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 12.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 12.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 12.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 12.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 12.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 12.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 12.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 12.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

13. ANEXOS

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III - Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência objetiva a contratação de empresa especializada de serviços contínuos no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a frota de todas as aeronaves da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classes 1 a 4), e adicionais, elencados abaixo, dos helicópteros e aviões de propriedade da PMDF, conforme especificações constantes no Anexo I, deste Termo de Referência, a saber:

- a) 03(três) helicópteros modelo Esquilo AS350B2;
- b) 01 (um) avião, modelo Cessna T 210 N;
- c) 01 (um) avião, modelo EMB-820C Carajá;

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A atividade aérea, por si só, envolve grandes riscos, e esses riscos são maximizados quando se trata de operação policial, a qual agrega alto grau de complexidade das missões executadas: apoio a ocorrências policiais com troca de tiros, evacuações médicas, missões de misericórdia, pousos em locais não homologados, voos noturnos, voos em instrução de tripulação, incluindo ainda, as missões de Defesa Civil, Busca e Resgate, Salvamento e Operações de Sling Cargo e Winching, Bambi-Bucket, treinamentos das tripulações, cheques e recheques inclusive com integrantes de outros órgãos, se for o caso, e etc.

2.2. A Corporação, para garantir a utilização eficiente e segura dos bens de sua propriedade, durante seu emprego nas mais diversas missões policiais, quanto a possíveis reparações do patrimônio da PMDF, bem como, indenizações por danos sofridos pela tripulação e por terceiros, reembolsos de despesas e responsabilidade legais a que vier a ser obrigado, inclusive danos morais, entende que é necessária a transferência da cobertura desses riscos para uma seguradora/resseguradora, a qual arcará com as eventuais despesas e/ou indenizações que possam decorrer dessas missões.

2.3. Pelo exposto, e ainda, considerando o alto valor dos bens em questão associada à grande quantidade de horas voadas pelas aeronaves da Corporação, em situações nem sempre favoráveis a segurança de voo, considerando a própria atividade que desempenha, faz-se imprescindível e conveniente a contratação do referido seguro, sem falar na obrigatoriedade de contratação de seguro para a emissão do certificado de aeronavegabilidade.

2.4. Vale acrescentar que o seguro aeronáutico tem suas normas relacionadas nas condições Gerais e Especiais da Superintendência de Seguros Privados e pelos Institutos de Resseguros que operam no Brasil, constante em todo contrato de seguros firmado no Brasil. Todas as normas visam atender o disposto no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86), em seu capítulo VI - Das Garantias de Responsabilidade, mais especificadamente em seu artigo 281:

Art. 281. Todo explorador é obrigado a contratar o seguro para garantir eventual indenização de riscos futuros em relação:

- I - aos danos previstos neste Título, com os limites de responsabilidade civil nele estabelecidos (artigos 257, 260, 262, 269 e 277) ou contratados (§ 1º do artigo 257 e parágrafo único do artigo 262);
- II - aos tripulantes e viajantes gratuitos equiparados, para este efeito, aos passageiros (artigo 256, § 2º);
- III - ao pessoal técnico a bordo e às pessoas e bens na superfície, nos serviços aéreos privados (artigo 178, § 2º, e artigo 267, I);
- IV - ao valor da aeronave.

2.5. Outra questão importante a ser ressaltada é a necessidade de contratação por lote ou grupo do objeto do Termo de Referência tendo em vista a projeção do risco da atividade por intermédio do contrato de seguro a uma única empresa evitando embaraço na definição de responsabilidades e onerosidade à Administração Pública.

2.6. Essa afirmativa decorre do fato de que apesar da contratação especificar coberturas singulares, com conceitos e abrangências bem definidas, em situação real de eventual sinistro, seja acidente ou incidentes aeronáuticos, a indenização em cada matéria (casco da aeronave, despesas médicas das tripulações, reparações materiais e morais de terceiros etc) se confundirá já que a compensação financeira em alguns casos se inicia em uma cobertura e se complementa em outras. Mesmo sendo dividido em diversas coberturas, um contrato de seguro único proporciona maior economia para a Administração e otimiza a gestão e a fiscalização do contrato.

2.7. Neste sentido, faz-se necessária a contratação de empresa para prestação de seguro aeronáutico, nas coberturas CASCO (Aditivo A), RETA (Aditivo B) e LUC (Responsabilidade Civil- 2º risco), aos helicópteros e aviões operados pelo Comando de Policiamento Aéreo da Polícia Militar do Distrito Federal para a correta operação dentro dos ditames legais e regulatórios da aviação civil.

3. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1. A contratação dos serviços será realizada com observância da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023, e pelos normativos distritais aplicáveis, incluindo, especificamente, os procedimentos de pregão eletrônico e utilização do Portal de Compras do GDF, conforme disciplinado pelos diversos atos administrativos distritais, nos termos do Instrumento Convocatório.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO COMUM**

4.1. Conforme consulta ao portal Compras.gov.br, o objeto desta contratação encontra-se devidamente classificado sob o código CATSER nº 25020, atendendo às exigências de padronização e classificação previstas para os procedimentos de contratação pública

4.2. O Objeto desta licitação se enquadra nos termos do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021, acolhida no Distrito Federal pelo Decreto nº 44.330/2023, por se tratar de serviço comum, com características e especificações usuais de mercado.

4.3. A presente contratação foi classificada como comum após a análise de três aspectos essenciais, quais sejam:

4.3.1. A possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;

4.3.2. Disponibilidade no mercado destes materiais; e

4.3.3. Verificado se as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado.

4.4. A presente contratação foi considerada comum e verificou-se que as especificações são usuais pelo mercado.

5. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

5.1. **O critério de julgamento adotado será o de menor preço**, em atenção ao art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

5.3. O Objeto desta licitação, por se tratar de serviço comum, com características e especificações usuais de mercado, se enquadra nos termos do art. 6º, da Lei 14.133, de 2021 – acolhida no Distrito Federal pelo Decreto nº 44.330/2023.

6. **DO GLOSSÁRIO**

6.1. Preliminarmente é preciso esclarecer algumas nomenclaturas que serão descritas no Termo de Referência visando dar maior lucidez e assim, subsidiar o entendimento das obrigações.

6.2. Segundo o dicionário Wikipédia, temos o conceito do termo Seguro Aeronáutico: *“Seguro aeronáutico garante cobertura para os riscos do transporte aéreo, isto é, os danos causados, os reembolsos de despesas e as responsabilidades legais, os quais o Segurado venha a ser obrigado a pagar em virtude da utilização da aeronave segurada”*.

6.3. O seguro aeronáutico oferece dois tipos de garantias, a saber:

6.3.1. O Aditivo A – CASCO (“full”) que garante a indenização por danos materiais, por qualquer causa, causados à aeronave, por atos danosos praticados por terceiros e as despesas com Socorro e Salvamento. Essa cobertura de CASCO garante o pagamento de outra aeronave ou a entrega de um helicóptero equivalente ao preço-limite de cobertura; e

6.3.2. O Aditivo B – Responsabilidades do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA) que é o seguro obrigatório no Brasil, que garante os danos pessoais e/ou materiais aos passageiros, tripulantes e suas bagagens, a terceiros no solo e a outras aeronaves, no caso de abaloamento ou colisão. Nessa cobertura, não se questionam os motivos do sinistro, mas é uma compensação imediata às vítimas ou familiares em virtude do sinistro. As classes definidas no seguro RETA são:

a) Passageiros e tripulantes (Classes I e II): Para riscos de morte, invalidez permanente (parcial ou total), incapacidade temporária, assistência médica suplementar e danos ou avarias às bagagens;

b) Pessoas e bens no solo (Classe III): Para os riscos de morte, invalidez permanente (parcial ou total), incapacidade temporária, assistência médica, despesas suplementares e danos materiais;

- c) Danos por colisão ou abalroamento (Classe IV): Para riscos de morte, invalidez permanente (parcial ou total), incapacidade temporária, assistência médica, despesas suplementares de passageiros e tripulantes da aeronave abalroada.
- 6.4. Adicionalmente, é possível ainda a contratação independente das seguintes coberturas: Responsabilidade Civil (LUC – limite único combinado) (a segundo risco), ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós, extensão do perímetro de cobertura, reintegração automática do limite máximo de garantia, acidentes pessoais dos passageiros e tripulantes, emergências e primeiros-Socorros, despesas médico-hospitalares, guerra, sequestro e confisco, “slung cargo & winching”, “from ground up”, permanência no solo, dentre outros.
- 6.5. A cobertura de Responsabilidade Civil (LUC - limite único combinado) mencionada acima corresponde ao segundo risco e indenizará todos os prejuízos decorrentes da responsabilidade civil do Segurado, seja de ordem material ou moral. A cobertura é muito importante nos contratos públicos sendo a garantia do ressarcimento aos terceiros envolvidos no sinistro cujo o valor estabelecido no Aditivo “B” (RETA) não possa suprir.
- 6.6. Por se tratar de órgão de natureza militar, outro adicional importante é a cláusula atinente ao Casco Guerra. Não obstante a sua nomenclatura, essa cobertura indeniza em eventos ocorridos exteriores à guerra, ou seja, declarada uma guerra internacional, sua cobertura não tem efeito. Ela é quem oportuniza as indenizações para as aeronaves em operação de natureza de segurança pública, elencada na RBAC 90, onde descreve as “escoltas e transporte de dignitários” como atividades típicas.
- 6.7. Algumas terminologias específicas são empregadas no Termo, a saber:
- a) *Prêmio*: Importância paga pelo Segurado à Seguradora em troca da transferência do risco a que ele está exposto;
 - b) *Sinistro*: Ocorrência de acontecimentos gerador de prejuízo que contratualmente obrigue a Seguradora a indenizar;
 - c) *Franquia*: Valor porcentual definido na Apólice pelo qual o Segurado fica responsável em caso de sinistro;
 - d) *Indenização*: Pagamento feito pela Seguradora quando da ocorrência do evento coberto;
 - e) *Comandante*: Pessoa com a licença de piloto comercial, devidamente habilitado na aeronave, com a responsabilidade pela operação e segurança da aeronave;
 - f) *Copiloto*: Pessoa devidamente habilitado na respectiva aeronave, com a função de auxiliar o Comandante no gerenciamento do voo e dos passageiros.
 - g) *Operador Aerotático*: profissional encarregado da operação de segurança pública, defesa civil e demais atividades inerentes à função, em cooperação com os demais integrantes da tripulação e sob a subordinação do comandante da aeronave.
 - h) *Apoio Solo*: profissional encarregado de prover suporte administrativo e de serviços em solo durante a operação da aeronave, incluídos procedimentos de sinalização, abastecimento, combate a incêndio e auxiliar de manutenção e limpeza.
 - i) *Mecânico ou Assessor técnico*: Profissional encarregado da operação e controle de diversos sistemas conforme descritos nos manuais técnicos da aeronave e que, eventualmente, poderá auxiliar o comandante a bordo da aeronave. É ainda encarregado de prover suporte administrativo e de serviços em solo durante a operação da aeronave, incluídos procedimentos de sinalização, abastecimento, combate a incêndio e auxiliar de manutenção e limpeza.

7. **DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. Trata-se de prestação de seguro aeronáutico contratação de empresa registrada na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para a prestação do serviço de seguro aeronáutico para 03(três) helicópteros modelo Esquilo AS350B2; 01 (um) avião, modelo Cessna T 210 N e 01 (um) avião, modelo EMB-820C Carajá, operados pelo Batalhão de Aviação Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal conforme coberturas abaixo:

COBERTURAS DO HELICÓPTERO PP- FSP	VALOR DE COBERTURA
CASCO – Aditivo A	US\$ 1.000.000,00
<u>Adicionais:</u> Cláusula 4 – Transporte de explosivos e/ou inflamáveis; Cláusula 5 – Ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós, independente de existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o esteiamento ou ancoramento da aeronave; Cláusula 6 – Reintegração automática; Cláusula 16-A – Seguro de casco de helicóptero;	

Cláusula 20 – Ingestão. Cláusulas 22 a 25 – Guerra, Sequestro e Confisco; V – 52 E– “Extended Coverage Endorsement” (Aircraft Liabilities) Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN59) Cláusula de Responsabilidade Civil para pilotos e tripulantes –(AVN73)	
RETA – Aditivo B (classes 1,2,3 e 4)	cf. CBA
Cláusula 28 - L.U.C. (Responsabilidade Civil – 2º Risco RETA classes 1 a 4)	R\$ 30.000.000,00

COBERTURAS DO HELICÓPTERO PR- PMD	VALOR DE COBERTURA
CASCO – Aditivo A <u>Adicionais:</u> Cláusula 4 – Transporte de explosivos e/ou inflamáveis; Cláusula 5 – Ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós, independente de existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o esteiamento ou ancoramento da aeronave; Cláusula 6 – Reintegração automática; Cláusula 16-A – Seguro de casco de helicóptero; Cláusula 20 – Ingestão. Cláusulas 22 a 25 – Guerra, Sequestro e Confisco; V – 52 E– “Extended Coverage Endorsement” (Aircraft Liabilities) Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN59) Cláusula de Responsabilidade Civil para pilotos e tripulantes –(AVN73)	US\$ 2.415.000,00
RETA – Aditivo B (classes 1,2,3 e 4)	cf. CBA
Cláusula 28 - L.U.C. (Responsabilidade Civil – 2º Risco RETA classes 1 a 4)	R\$ 30.000.000,00

COBERTURAS DO HELICÓPTERO PR-PMF	VALOR DE COBERTURA
CASCO – Aditivo A <u>Adicionais:</u> Cláusula 4 – Transporte de explosivos e/ou inflamáveis; Cláusula 5 – Ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós, independente de existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o esteiamento ou ancoramento da aeronave; Cláusula 6 – Reintegração automática; Cláusula 16-A – Seguro de casco de helicóptero; Cláusula 20 – Ingestão. Cláusulas 22 a 25 – Guerra, Sequestro e Confisco; V – 52 E– “Extended Coverage Endorsement” (Aircraft Liabilities) Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN59) Cláusula de Responsabilidade Civil para pilotos e tripulantes –(AVN73)	US\$ 2.415.000,00
RETA – Aditivo B (classes 1,2,3 e 4)	cf. CBA
Cláusula 28 - L.U.C. (Responsabilidade Civil – 2º Risco RETA classes 1 a 4)	R\$ 30.000.000,00

COBERTURAS DO AVIÃO PR-LLN	VALOR DE COBERTURA
CASCO – Aditivo A <u>Adicionais:</u> Cláusula 4 – Transporte de explosivos e/ou inflamáveis; Cláusula 5 – Ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós, independente de existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o esteiamento ou ancoramento da aeronave; Cláusula 6 – Reintegração automática; Cláusula 16-A – Seguro de casco de helicóptero; Cláusula 20 – Ingestão. Cláusulas 22 a 25 – Guerra, Sequestro e Confisco; V – 52 E– “Extended Coverage Endorsement” (Aircraft Liabilities) Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN59) Cláusula de Responsabilidade Civil para pilotos e tripulantes –(AVN73)	US\$ 400.000,00
RETA – Aditivo B (classes 1,2,3 e 4)	cf. CBA
Cláusula 28 - L.U.C. (Responsabilidade Civil – 2º Risco RETA classes 1 a 4)	R\$ 30.000.000,00

COBERTURAS DO AVIÃO PT-VKJ	VALOR DE COBERTURA
CASCO – Aditivo A <u>Adicionais:</u> Cláusula 4 – Transporte de explosivos e/ou inflamáveis; Cláusula 5 – Ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós, independente de existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o esteiamento ou ancoramento da aeronave; Cláusula 6 – Reintegração automática; Cláusula 16-A – Seguro de casco de helicóptero; Cláusula 20 – Ingestão. Cláusulas 22 a 25 – Guerra, Sequestro e Confisco; V – 52 E– “Extended Coverage Endorsement” (Aircraft Liabilities) Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN59) Cláusula de Responsabilidade Civil para pilotos e tripulantes –(AVN73)	US\$ 1.600.000,00
RETA – Aditivo B (classes 1,2,3 e 4)	cf. CBA
Cláusula 28 - L.U.C. (Responsabilidade Civil – 2º Risco RETA classes 1 a 4)	R\$ 30.000.000,00

7.2. A cobertura seguratória deverá abranger as condições gerais para seguros aeronáuticos acrescido do aditivo A (Garantia CASCO), e da Responsabilidade Civil 2º RISCO - LUC - Dano Moral, e da Garantia RETA (aditivo B), estipuladas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

7.3. O serviço de seguro aeronáutico para as aeronaves da Polícia Militar do Distrito Federal compreenderá todas as suas operações, inclusive as de instrução de tripulação e de manutenção.

8. DAS CONSIDERAÇÕES AO SEGURO DE CASCO - ADITIVO “A”

8.1. Respeitados os limites indicados no contrato, a Seguradora contratada se obrigará a indenizar a contratante pelos prejuízos decorrentes de sinistro com a aeronave descrita na Apólice e seus equipamentos e acessórios enquanto a bordo.

8.2. O serviço de seguro aeronáutico para as aeronaves da PMDF compreenderá todas as suas operações, inclusive as policiais, as de instrução de tripulação e de manutenção própria.

8.3. Esta cobertura obriga a seguradora a indenizar até o valor da importância Segurada, constante no Contrato de Seguro, os danos decorrentes de acidentes e os abaixo descritos com a aeronave da PMDF, qualquer que sejam os fatores contribuintes para o sinistro.

8.4. Os riscos cobertos serão os seguintes: acidentes, incidentes, ocorrências de solo, com qualquer que sejam a causa; atos danosos praticados por terceiros, entendendo-se como tal, exclusivamente, o ato isolado ou esporádico que não se relacione com aqueles enumerados nas exclusões, dentre outros.

8.5. Serão indenizáveis, até o limite máximo indicado na Apólice, os seguintes prejuízos: a) danos materiais causados à aeronave em decorrência de um risco coberto; e b) despesas com socorro e salvamento da aeronave sinistrada, quando necessárias e devidamente comprovadas, caso o Estado não seja imune ou isento.

8.6. O seguro deverá contemplar, além das cláusulas normais, admitindo os danos decorrentes de ação da natureza, casos fortuitos, desabamento de estruturas, as coberturas previstas nas cláusulas adicionais regulamentadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) elencadas a seguir:

8.6.1. **Cláusula 4 – Transporte de explosivos e/ou inflamáveis**

8.6.1.1. Terá cobertura a perda ou avaria da aeronave durante o transporte, como carga de explosivos e/ou inflamáveis, principalmente armamentos e outros materiais bélicos, portados ou não, bem como dos respectivos tambores vazios, desde que o referido transporte seja devidamente autorizado pelas autoridades competentes ou regulamentados pelo próprio órgão.

8.6.2. **Cláusula 5 – Ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós**

8.6.2.1. Terá cobertura as perdas e danos causados à aeronave segurada em consequência de ventos de velocidade igual ou superior à de 60 (sessenta) nós, independente de existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o esteiamento ou ancoramento da aeronave.

8.6.3. **Cláusula 6 – Reintegração automática**

8.6.3.1. Em caso de indenização decorrente de prejuízo inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor ajustado, o Limite Máximo de Indenização previsto no citado aditivo ficará automaticamente reintegrado do valor da indenização paga, conforme definido na apólice.

8.6.4. **Cláusula 16-A – Seguro de casco de helicóptero e Cláusula Particular de Pouso e Decolagem para Helicópteros;**

8.6.4.1. Cobertura para a operação de helicópteros, por pilotos devidamente habilitados e com experiência mínima regulada pela apólice e definido no presente Termo. Diante da hipótese de emergência ou ainda operações em áreas não homologadas e/ou registradas, serão indenizáveis os prejuízos decorrentes dos sinistros definidos na presente contratação.

8.6.4.2. Não obstante o disposto nas Condições Gerais e Especiais do Seguro Aeronáutico, estão cobertos os riscos inerentes às operações de pouso e decolagem dos helicópteros nas margens de rodovias, campos de futebol, lagos, rios, quando em serviço nas áreas não preparadas (cerrado, caatinga, hidrologia, dentre outros); nas mais diversas missões inerentes ao serviço militar de segurança de autoridade, conforme autorização da ANAC estendida aos operadores de segurança pública e de Estado, e em outros locais necessários à segurança e/ou apoio logístico de tais serviços, inclusive os riscos decorrentes do abastecimento de combustível dos helicópteros em helipontos do segurado ou cooperados, nas suas diversas instalações predominantemente no Distrito Federal, desde que as pessoas que forem realizar o abastecimento estejam devidamente habilitadas para tal função e que os locais de abastecimento tenham especificações técnicas adequadas para o tipo de aeronave que será abastecida.

8.6.5. **Cláusula 20 – Ingestão**

8.6.5.1. Serão considerados indenizáveis pela Apólice, os prejuízos decorrentes de danos sofridos por motores à reação em consequência de sucção (ingestão) de objeto estranho ao mesmo, quando tais danos tenham sido provocados por evento súbito e acidental, cujos efeitos no funcionamento do motor atingido exijam sua imediata retirada de serviço para reparos.

8.6.5.2. A franquia prevista na Apólice se aplicará a qualquer sinistro decorrente de ingestão, inclusive nos casos em que o motor seja considerado técnica ou economicamente irre recuperável.

8.6.6. **Cláusulas 22 a 25 – Guerra – Sequestro – Confisco:**

8.6.6.1. Abarca as operações de segurança pública, envolvendo todas as atividades elencadas no RBAC 90, ou outra regulamentação suplementar que diga respeito às missões e competências do Batalhão de Aviação Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal.

8.6.6.2. Como previsão regulamentar, a Seguradora pagará, substituirá ou reparará a perda da aeronave ou seus danos, conforme especificação da Apólice, causados por: a) guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades (haja ou não guerra declarada), guerra civil, rebelião revolução, insurreição, lei marcial, poder militar ou usurpado, ou tentativas para

usurpação do poder; b) greves, de qualquer natureza, tumultos, comoções civis ou distúrbios trabalhistas; c) qualquer ato de uma ou mais pessoas, sendo ou não agente(s) de um poder soberano, com fins políticos ou terroristas, seja a perda ou dano dele resultante acidental ou intencional; e d) qualquer ato malicioso ou ato de sabotagem.

8.6.7. **V – 52 E– “Extended Coverage Endorsement” (Aircraft Liabilities)**

8.6.8. **Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN59);**

8.6.8.1. Esta apólice não cobre as responsabilidades do Segurado, salvo se decorrente de um ou mais dos itens a seguir relacionados:

- a) Ocorrências que envolvam aeronaves ou parte de aeronaves ou equipamentos correlatos;
- b) Ocorrências acontecidas em aeroportos;
- c) Ocorrências acontecidas em qualquer outro local que se relacione com o negócio de transporte aéreo de passageiros ou carga pelo Segurado;
- d) Ocorrências que aconteçam pelo fornecimento de artigos ou serviços a outros (i) em relação ao uso e/ou operação de aeronaves (ii) envolvidas na indústria de transporte aéreo.

8.6.9. **Cláusula de Responsabilidade Não Aeronáutica (AVN73);**

8.6.9.1. A cobertura proporcionada nesta cláusula se estende aos pilotos e tripulações operacionais da aeronave, aos integrantes da segurança da autoridade que estiver a bordo e qualquer outro servidor a serviço da Polícia Militar do Distrito Federal.

8.7. A seguradora contratada garantirá a indenização ao garantir o prêmio às aeronaves da PMDF, para, além das cláusulas acima elencadas, a realização das missões operacionais e de manutenção abaixo descritas:

- I - Transporte de autoridade;
- II - Transportes de órgãos;
- III - Operações com carga externa;
- IV - Operações em áreas restritas;
- V - Operações restritas;
- VI - Operações de Segurança Pública com passageiros armados;
- VII - Operações noturnas;
- VIII - Operações em heliponto elevado;
- IX - Operações de lançamento de paraquedistas;
- X - Transporte Aeromédico;
- XI - Operações de Rapel e Mc Guire;
- XII - Transporte de tropa;
- XIII - Instruções de pilotos e demais tripulantes;
- XIV - Cheques e recheques para obtenção e revalidação de licenças;
- XV - Transporte de material bélico;
- XVI - Escoltas, incluindo a de valores;
- XVII - Operação em todo território brasileiro;
- XVIII - Operações de controle de distúrbio civil, abrangendo inclusive operações policiais envolvendo greves, tumultos e manifestações civis ou trabalhistas;
- XIX - Operações policiais com Cães;
- XX - Operações de Guincho/Gancho (Sling Cargo e Wicking);

- XXI - Operações de Combate a Incêndios Florestais com uso do Bambi-Bucket;
- XXII - Translado em geral;
- XXIII - Apoio a outros órgãos e entidades para serviço administrativo;
- XXIV - Exposição estática em eventos públicos e privados, inclusive ao ar livre, e colisão com veículos;
- XXV - Manutenções preventivas e corretivas, realizadas por mecânicos habilitados da própria instituição ou outros mecânicos militares, que por força de Convênios ou outro Ato Administrativo de Cooperação, atuem como tal na PMDF;
- XXVI - Instruções de Pilotos e demais Tripulantes, ainda que não pertencentes à PMDF, inclusas as instruções iniciais e as de complementação de horas;
- XXVII - Voos de fotografia e filmagens;
- XXVIII - Perda ou avaria, incluindo prejuízos decorrentes de sinistro com as aeronaves da Polícia Militar do Distrito Federal e seus equipamentos, decorrentes de acidentes aeronáuticos, incidentes ou ocorrências de solo com os rotores parados ou com os rotores acionados, quaisquer que sejam os fatores contribuintes e atos danosos praticados por terceiros.
- XXIX - Pousos e decolagens em locais não homologados ou registrados;
- XXX - Em transportes terrestres para realização de manutenção;
- XXXI - Na ocorrência de alterações das condições de aeronavegabilidade, desde que essa alteração tenha sido autorizada/homologada pelas autoridades competentes;
- XXXII - Em voos de interesse de outro órgão ou entidade de caráter público, desde que o voo seja conduzido conforme o perfil operacional habitualmente utilizado pela PMDF e que atenda às normas de tráfego aéreo, acordo operacional vigente, ou que seja devidamente autorizado pelas autoridades de aviação civil e de proteção ao voo;
- XXXIII - Em voos de demonstração, exibição, desfiles ou simples sobrevoo conduzidos de acordo com seu perfil normal de operação e com observância das regras de tráfego aéreo ou desvios autorizados pela legislação aeronáutica;
- XXXIV - Em voos com execução de desvios autorizados por acordo operacional firmado entre o operador e o órgão de tráfego aéreo, bem como nas operações conduzidas de acordo com as regras do RBHA 90, ou regulamentação que vier substituí-la, autorizadas pela ANAC, além dos dispositivos da ICA 100-4, AIC 0606 e outras normatizações que regulem as atividades de operações de helicóptero de Segurança Pública ou aviação de Estado;
- XXXV - Quando, nos locais designados para pernoite, não existirem pontos próprios ou anilhas de amarração para o ancoramento da aeronave;
- XXXVI - Quando a aeronave for tracionada manualmente;
- XXXVII - Quando os pousos e decolagens forem em locais não homologados e embarque e desembarque de passageiros com rotores girando;
- XXXVIII - Quando a aeronave permanecer exposta ao público, no solo, em exposições, feiras e outros eventos relacionados à aviação ou à atividade da PMDF;
- XXXIX - Quando ocorrer ingresso de novos pilotos nos quadros de tripulantes havendo o respectivo endosso da seguradora;
- XL - Voos abaixo de 500 ft AGL, desde que em conformidade com as normas estabelecidas para voos policiais/Defesa Civil (RBHA 90), além de voos de instrução, ainda que inicial.

9. **DAS CONSIDERAÇÕES PARA O SEGURO RETA - ADITIVO “B” - GARANTIA DE RESPONSABILIDADE DO EXPLORADOR OU TRANSPORTE AÉREO**

9.1. Também conhecida como seguro obrigatório das aeronaves, por força da legislação aeronáutica, essa cobertura inclui o reembolso ao segurado em caso de acidentes envolvendo passageiros, tripulantes e pessoas no solo, na ocorrência de morte, invalidez permanente, incapacidade temporária e assistência médica e despesas complementares; reembolso ao segurado em caso de perda, dano ou avaria da bagagem e objetos que os passageiros e/ou tripulantes conservem sob sua guarda; reembolso ao segurado em relação a danos causados a bens de terceiros que estejam no solo; reembolso ao segurado por danos ou colisão em outras aeronaves.

9.2. O seguro obrigatório tem seus valores definidos em lei, limitada a importância fixada, em função do peso máximo autorizado para a decolagem. Aplicam-se os dispostos no Código Brasileiro Aeronáutico (lei 7.565/86), na Subparte F da NSMA 58-47 (RBAC 47) e no estabelecido no comunicado DECAT 001/95 de 23 de janeiro de 1995 do IRB – Instituto de Resseguro do Brasil.

9.3. Respeitados os limites estipulados, será garantido o reembolso ao Segurado de toda e qualquer indenização por danos corporais e/ou materiais causados pelas aeronaves da PMDF que o mesmo venha a ser judicialmente obrigado a pagar com andamento em dispositivo do Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA, acordos internacionais devidamente ratificados pelo governo brasileiro, ou por acordo expressamente autorizado pela Seguradora, desde que aplicáveis ao mesmo acidente, obedecidas as Condições Gerais da Apólice e as Condições Especiais do contrato.

9.4. A obrigação da Seguradora será totalmente devida em moeda nacional e, se parte dessa obrigação ou toda ela tiver de ser expressa em moeda estrangeira, o efetivo reembolso a seu cargo será feito mediante conversão para a moeda nacional, com base na taxa cambial de compra em vigor na data de realização do pagamento pelo Segurado ao(s) terceiro(s) prejudicado(s).

9.5. Nesta modalidade de seguro (RETA), são aplicadas as seguintes definições/classes:

- Classe 1 – Passageiro;
- Classe 2 – Tripulantes;
- Classe 3 – Abaloamento/colisão;
- Classe 4 – Terceiros e bens no solo;
- Franquia – Não é aplicável para esta modalidade;
- Capital Segurado – definido conforme resolução nº 37 de 2008 – ANAC, que versa sobre os limites de indenização.

9.6. A definição de tripulação, passageiros ou terceiros estão elencados nas legislações aeronáuticas e, no presente Termo, abarcam servidores militares ou não e civis em geral, independente de qualquer vínculo funcional com a PMDF.

10. **DAS CONDIÇÕES PARA A RESPONSABILIDADE CIVIL - LUC**

10.1. Trata-se da cláusula adicional 28, que versa sobre a cobertura de Responsabilidade Civil a 2º Risco da Garantia RETA (LUC – Limite Único Combinado).

10.2. Nessa cobertura, a seguradora garante ao segurado, até o limite máximo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme estabelecido no presente Termo, a 2º risco da cobertura concedida pela Apólice do seguro “RETA” – Responsabilidade do Explorador e Transportador Aéreo, ou por aquela que vier a renová-la, o reembolso das indenizações que o mesmo vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo, por danos corporais, materiais e/ou morais, a transportados e/ou não transportados em excesso aos limites individualmente estabelecidos pelo seguro RETA e pela legislação em vigor (CBA).

10.3. Tendo em vista as limitações previstas no seguro obrigatório da aeronave, esta cláusula visa realizar a complementação do seguro RETA, oferecendo as mesmas coberturas, porém, neste caso, a importância segurada representa o limite máximo de indenização por acidente ou sequência de acidentes, sendo em limite único combinado para as classes 1/2/3/4.

10.4. Por se tratar de um contrato de seguro sem condições de obrigatório, será acionado após o segurado sofrer ação judicial, ou em caso de acordo, ainda que extrajudicial, assessorada pela contratada.

10.5. Excetuam-se os danos sofridos pelos tripulantes, pois, estes deverão ser indenizados integralmente, independente de ação judicial.

10.6. A importância segurada é definida pelo cliente, de acordo com o que ele julga ser um montante razoável para o caso de sua aeronave se envolver em um acidente. Tendo em vista o risco de nossa operação bem como a utilização de nossa aeronave para transporte de autoridades, deverá ser adotado, para a responsabilidade civil, incluindo o dano moral, o limite de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme já explanado.

10.7. A cobertura abará hipóteses de acidentes pessoais e despesas médico-hospitalares a transportados e/ou não transportados (terceiros), conforme estabelecido anteriormente;

10.8. Nesta modalidade de seguro, a exemplo do RETA, não é aplicável a franquia de seguros.

11. **DO PRÊMIO**

11.1. Para o cálculo do valor do prêmio do seguro devem ser levadas em consideração as cláusulas anteriormente citadas, bem como, as missões a que estarão submetidas a aeronave, as configurações da aeronave, a formação dos pilotos e ainda os seguintes fatores:

- 11.1.1. O valor total do contrato, ou preço global, é o somatório dos preços das apólices de seguro dos aditivos “A”, “B”, LUC e demais coberturas adicionais contratadas, o qual deverá estar discriminado e expresso em moeda corrente nacional, sem a inclusão de quaisquer encargos financeiros ou previsão inflacionária, com os tributos, demais encargos e quaisquer despesas já computadas e apuradas no último dia para a entrega das propostas;
- 11.1.2. As aeronaves terão um custo de prêmio o qual será calculado com base no somatório dos aditivos “A”, “B” e demais coberturas contratadas;
- 11.1.3. Os valores deverão ser discriminados nas apólices, conforme estabelece o presente Termo de Referência, devendo ser relacionados segundo as coberturas abrangidas;
- 11.1.4. No preço do prêmio das aeronaves já deverão estar computados os descontos concedidos e eventuais isenções definidas em lei.

12. DA FRANQUIA

- 12.1. No ramo aeronáutico as franquias são definidas conforme a Tarifa de Seguros constante no Manual Técnico, em suas Condições Gerais (art. 7º da Circular SUSEP/ Ministério da Indústria e do Comércio nº 019, de 05 de Maio de 1971, alterado pela Circular nº 016, de 4 de junho de 1973).
- 12.2. Para o seguro aeronáutico proposto no presente Termo e para as aeronaves da PMDF, serão aplicáveis as franquias de 0,5% do valor segurado, para aeronaves com os rotores parados, e 5% do valor segurado, para aeronaves com rotores em movimento ou em caso de perda total.
- 12.3. No caso dos aviões, entenda-se: franquias para aeronaves em voo (5%) e franquias para aeronaves em solo (0,5%), excetuando casos de perda total.
- 12.4. Para as situações de sinistros ocorridos durante as manutenções das aeronaves, realizadas por mecânicos habilitados da própria instituição ou por outros mecânicos militares, que por força de convênios, atuem como tal na PMDF, será considerada a franquia de rotores parados ou avião em solo.
- 12.5. Segue abaixo as cotação mercadológica internacional da Aircraft Blue Book® das aeronaves de prefixo PP-FSP, PR-PMD, PR-PMF, sendo utilizado como parâmetro o Factory New List Average Equipment Price para os helicópteros e o Average Retail Price para o avião PR-LLN, por serem valores que mais se aproximam com o preço de mercado das aeronaves. Em relação a aeronave de prefixo PT- VKJ por não haver cadastro internacional mercadológica desse modelo de aeronave, foi utilizado o valor encontrado no mercado brasileiro no site <https://www.aeronavesavenda.com/modelo/emb-821-caraja/> similar ao do objeto do contrato em ano e modelo. Para fins de definição do valor segurado das aeronaves objeto desta contratação, não se considerou apenas o valor de referência divulgado no mercado — em especial aquele constante no **Aeronaves Blue Book**, publicação amplamente reconhecida como fonte de precificação de aeronaves com base em modelos, ano de fabricação e depreciação de mercado.

Além desses parâmetros, foram **critériosamente avaliadas as melhorias e customizações realizadas nas aeronaves**, as quais impactam de forma significativa no seu valor real de reposição e nas condições operacionais.

AERONAVE	VALOR SEGURADO (US\$)	TAXA DE CONVERSÃO*	VALOR SEGURADO (R\$)	FRANQUIAS ROTOR EM MOVIMENTO (5%)**	FRANQUIAS COM ROTOR PARADO (0,5%)**
HELICÓPTERO PP-FSP	US\$ 1.000.000,00	5,41	R\$ 5.410.000,00	R\$ 270.500,00	R\$ 27.050,00
HELICÓPTERO PR-PMD	US\$ 2.415.000,00	5,41	R\$ 13.065.150,00	R\$ 653.257,50	R\$ 65.325,75
HELICÓPTERO PR-PMF	US\$ 2.415.000,00	5,41	R\$ 13.065.150,00	R\$ 653.257,50	R\$ 65.325,75
AVIÃO PR-LLN	US\$ 400.000,00	5,41	R\$ 2.164.000,00	R\$ 108.200,00	R\$ 10.820,00
AVIÃO PT-VKJ***	US\$ 1.600.000,00	5,41	R\$ 8.656.000,00	R\$ 432.800,00	R\$ 43.280,00

* conforme consulta no site do Banco Central (04/07/2025).

** valores estimados (provisórios). A franquia levará em conta a cotação com base no dólar e no valor segurado definido no contrato.

*** valor encontrado no mercado brasileiro no site <https://www.aeronavesavenda.com/modelo/emb-821-caraja/>, similar ao do objeto do contrato por não haver cadastro desse modelo no site de cotação mercadológica internacional da Aircraft Blue Book®

13. DAS ESPECIFICAÇÕES DA AERONAVE E ACESSÓRIOS

- 13.6. A PMDF possui 3 (três) aeronaves de asa rotativa e 2 (duas) aeronaves de asa fixa, abaixo arrolados:
- a. Helicóptero H350 B2, matrícula PP-FSP;
 - b. Helicóptero H350 B2, matrícula PR-PMD;
 - c. Helicóptero H350 B2, matrícula PR-PMF;
 - d. Avião Cessna T210 N, matrícula PR-LLN.
 - e. Avião,Carajá EMB-820C, matrícula PT-VKJ

13.7. Ressalta-se que o memorial descritivo relacionado a seguir tem o condão estritamente orientador, não eximindo a empresa participante da responsabilidade em realizar a vistoria no bem, objeto da licitação.

13.8. **HELICÓPTERO PP-FSP**

Fabricante	HELIBRAS
Modelo	AS 350 B2
Número de Série	HB/1148-2430
Tipo ICAO	AS50
Tipo de Habilitação para Pilotos	H350
Peso Máximo de Decolagem	2250 - Kg
Número dos Certificados (CM - CA)	13341
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	06/01/92
Data de Validade do CA	13/09/26
Data de Validade da CVA	13/09/25
Situação de Aeronavegabilidade	Normal
Capacidade	01(um) tripulante e 5 (cinco) passageiros
Proprietário/ Operador	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	00394718000371*
Categoria de Registro	Publica Administração Direta Distrito Federal
Classe	Helicóptero 1 Motor Turboprop

* O CNPJ constante do RAB/ANAC representa o registro da PMDF na ocasião da matrícula da aeronave. Persiste a propriedade e operação em nome da PMDF (CNPJ nº 08942610/0001-16).

13.8.1. **CONFIGURAÇÃO**

- 01 (um) Duplo Comando;
- 01(um) Trem de Pouso Alto com Degrau Alongado;
- 01(uma) Porta Traseira Esquerda Deslizante;
- 01(uma) Porta Traseira Direita Deslizante;
- 01(uma) Luz Strobe Light Estabilizador;
- 01(um) Farol de Busca Spectro Lab;
- 02(dois) Corta Cabos, Superior e Inferior;
- 01 (um) Sistema de separador de partículas (filtro anti-areia);
- 01(um) Conjunto de cintos de segurança individuais, reatretes de quatro pontos para os pilotos e três pontos para passageiros;
- 01(um) Receptor de ADF (*Automatic Direction Finder*), com antena e indicador RMI (*Radio Magnetic Indicator*) analógico escravizado ao HSI (*Horizontal Situation Indicator*) e que forneça marcação relativa de uma estação de transmissão em terra, na faixa de 200 a 1699kHz.
- 01(um) Horizonte artificial;
- 01(um) Indicador de HSI, escravizado ao sistema giroscópio;
- 01(um) Transmissor Localizador de Emergência E.L.T. com sinal automático em caso de acidente, já em consonância com as normas em vigor;
- 02 (duas) Caixas de Áudio para o piloto e copiloto que permita a transmissão e recepção simultânea em frequências separadas por ambos, e com a definição de “ISOLADO/NORMAL/PRIVADO”

- 02(dois) Equipamentos VHF 02 aeronáutico digital na faixa 118.0 a 136.975 MHz (cento e dezoito ponto zero a cento e trinta e seis ponto novecentos e setenta e cinco mega-hertz), com incremento de 0.025 (zero ponto zero vinte e cinco) MHz;
- 01(um) Rádio Transceptor VHF/AM-FM, frequência operacional, completo (parte fixas e móveis), que opera na faixa de frequência de 30 a 960 MHz. O sistema permite através de uma chave seletora, que comandante e copiloto da aeronave, concomitantemente, mantenham contato na frequência aeronáutica com os Órgãos de Controle de tráfego aéreo.
- 01(um) Radar altímetro;
- 01(um) Arco de proteção do rotor de cauda.
- Sistema de monitoramento ALTAIR.
- Sistema de áudio com caixas dianteira e traseira Anti-ruído.
- Sistema BRAVIO.
- GNS 530 com TCAS acoplado.
- Bancos dos pilotos do tipo Anti Crasch.

13.8.2. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO (em dólar americano):** US\$ 1.000.000,00

13.8.3. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO(em reais):** R\$ 5.410.000,00

13.9. **HELICÓPTERO PR-PMD**

Fabricante	HELIBRAS
Modelo	AS 350 B2
Número de Série	7144
Tipo ICAO	AS50
Tipo de Habilitação para Pilotos	H350
Peso Máximo de Decolagem	2250 - Kg
Número dos Certificados (CM - CA)	20253
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	20/09/11
Data de Validade do CA	28/01/27
Data de Validade da CVA	28/01/26
Situação de Aeronavegabilidade	Normal
Capacidade	01(um) tripulante e 5 (cinco) passageiros
Proprietário/ Operador	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	08942610000116
Categoria de Registro	Publica Administração Direta Distrito Federal
Classe	Helicóptero 1 Motor Turboeixo

13.9.1. **CONFIGURAÇÃO**

1. Helicóptero de porte leve.
2. Ano fabricação: 2011.

3. Monoturbinado.

4. Equipado com instrumentos e acessórios para voo visual diurno e noturno;

5. Duplo comando removível,

6. Além, de todos os componentes e acessórios necessários à operação normal e segura, de acordo com o modelo aprovado no Brasil, possui o seguinte:

- Sistema de Desembaçamento do pára-brisa(s).
- Portas traseiras deslizantes em ambos os lados da aeronave.
- Trem de pouso alto, do tipo esqui com degrau alongado em ambos os lados, com sapatas de proteção alongadas e com esquis capazes de receber rodas de reboque para deslocamento no solo.
- Equipamentos e acessórios básicos.

7. Além, de todos os componentes e acessórios necessários à operação normal e segura, de acordo com o modelo aprovado no Brasil, possui o seguinte:

- Sistema de freio do rotor principal.
- Janelas deslizantes de ventilação nas portas do piloto e copiloto. Sistema de detecção de fogo no grupo turbomotor.
- Limpador de Para-brisa para piloto e copiloto.
- Sistema Separador de partículas ou Filtro de areia para proteção do motor.
- Sistema de Corta-cabos inferior e superior.
- Sistema de Luzes Anticolisão do tipo Estroboscópicas.
- Sistema de Luzes de navegação.
- Sistema de Iluminação interna da cabine.
- No mínimo uma bateria capaz de prover a partida da aeronave em qualquer ambiente, adequada a suportar os equipamentos elétricos previstos para a aeronave.
- Farol de pouso e de táxi.
- Revestimento interior da cabine em cor preta.
- Interior com configuração de transporte, assentos em couro anti-chama na cor cinza, removíveis;
- Piso da cabine do piloto e do copiloto, bem como de passageiros com tratamento de proteção especial antiderrapante.
- Assentos absorvedores de impacto (Anti-crash) para os pilotos.
- Degraus para acesso ao rotor principal e motor, instalados em ambos os lados da aeronave.
- Cintos de segurança do tipo inerciais de 04 (quatro) pontos, para piloto e co-piloto.
- Cintos de segurança do tipo inerciais de 03 (três) pontos para os outros assentos.
- Protetor nos Esquis para as rodas de transporte de solo.
- Proteção do Rotor de Cauda.
- Instrumentos em local visível aos 02(dois) pilotos.
- 01(uma) bolsa de primeiros socorros.
- 01(um) compartimento(s) para Guarda de documentos, pequenos objetos e mapas na cabine.
- Kit de bordo contendo: obturadores para o tubo pitot, tomada de pressão estática, entrada de ar de motor e escapamento do motor; jogo de rodas duplas de reboque para deslocamento da aeronave no solo;
- Amarras das pás do rotor principal;
- Kit de capas para painel e cabine;
- Bolsa para guarda do kit de bordo.

8. Painel de comando alongado, com no mínimo, os seguintes indicadores:

- De torque.
- De pressão de óleo do motor.
- Indicador de quantidade de combustível.
- Indicador de fluxo de combustível.
- Indicador de temperatura do óleo do motor.
- Indicador de temperatura do óleo da transmissão principal.
- Indicador de rotação do rotor principal.

- Indicador de funcionamento da turbina.
- Indicador de derrapagem.

9. Posto de comando com, no mínimo, os seguintes instrumentos:

- Horímetro, com acionamento através de micro-switch no esquí.
- Painel de luzes de alarme.
- Amperímetro.
- Voltímetro.
- Termômetro de ar externo.

10. Equipamentos de comunicação e navegação:

11. 01(um) Velocímetro.

12. 01(um) Altímetro decodificador.

13. 01(um) Indicador de Razão de subida (climb).

14. 01(um) Cronômetro.

15. 01(uma) Bússola magnética.

16. 01(um) sistema de Navegação pictorial, contendo no mínimo:

17. 01(um) Indicador HSI no painel de instrumentos, escravizado ao sistema giroscópio, com chave seletora de indicação de VOR/LOC e GPS, alternadamente.

18. 01(uma) Chave de acoplamento do indicador ao sistema (escravização do indicador).

19. 01(uma) Válvula de fluxo (*flux valve*).

20. 01(um) Giro-horizonte.

21. 01(um) Giro-bússola.

22. 01(um) Sistema interno de comunicação com microfone (*hot line*). 01(um) rádio transceptor VHF/FM completo que opere na faixa policial militar e civil e do corpo de bombeiros militar do DF, na faixa de frequência de 136 a 174 MHz, instalado em sistema que possibilite a todos os tripulantes receberem as comunicações na frequência selecionada ou similar. A transmissão nessa frequência será efetuada pelo piloto comandante ou pelo copiloto, através do acionamento de interruptor no comando cíclico. O sistema deverá permitir através de chave seletora que os pilotos mantenham contato concomitantemente na frequência aeronáutica com os órgãos de controle de tráfego aéreo.

23. 01(um) equipamento VHF aeronáutico digital, faixa de operação de 118.000 a 136.975 MHz, integrado ao VOR/LOC/GS/GPS, com incrementos de 0.025 MHz, integrado ao equipamento VOR e com interface direta para o sistema de navegação pictorial, que possua tela de no mínimo 05 polegadas.

24. 01(um) segundo equipamento VHF aeronáutico, faixa de operação de 118.000 a 136.975 MHz, com incrementos de 0.025 MHz, integrado ao VOR/LOC. 01(um) equipamento transponder digital, classe 01, que opere nos modos “a” e “c”, que apresente informações de nível de voo na tela digital, de acordo com as exigências aeronáuticas da ANAC.

25. 01(um) codificador de altitude compatível com o sistema anemo-barométrico da aeronave, para prover informações sobre a altitude através do transponder.

26. 01(um) receptor de ADF (*automatic direction finder*) com antena. 01(um) indicador de RMI escravizado ao HSI e que forneça marcações relativas de uma estação de transmissão em terra, na faixa de 200 a 1699 KHz.

27. 01(um) equipamento VOR (*very low omni range*) digital acoplado ao sistema de navegação pictorial.

28. 02(duas) caixas de áudio analógicas, seletoras de transmissão e recepção, cada uma contendo chave isolado privado e normal independentes, de modo que o piloto possa ser isolado do copiloto e demais tripulantes, bem como o copiloto possa ser isolado do piloto e demais tripulantes, ambas com controle de ruído externo (*squelch*) quando voando com portas abertas.

29. 01(uma) Chave Master de Aviônicos.

30. 01(um) transmissor localizador de emergência (ELT) que opere na faixa de 406 MHz e que seja integrado ao GPS instalado, de modo a permitir a transmissão das coordenadas geográficas da aeronave quando o equipamento for acionado.

31. Fones de ouvido de acordo com o número de assentos, com sistema integrado de redução de ruídos e microfone de comunicação, de acordo com o número de assentos.

32. Chaveamento no cíclico para troca de frequência dos equipamentos de comunicação e acionamento da função identificação do transponder.

33. Equipamentos policiais e de resgate:

34. 01(um) gancho para carga externa, que suporte a carga máxima contida nas especificações da aeronave. (partes fixas e móveis). 01(um) farol de busca, de remoção e instalação rápida, com intensidade mínima de 30(trinta) milhões de velas, alcance mínimo de 01(um) quilômetro, com dispositivo de comando na cabine de pilotos e passageiros e peso máximo do sistema de até 36(trinta e seis) quilogramas; (partes fixas e móveis).

35. Luzes *strobe light* no ventre e no estabilizador horizontal.

36. 04(quatro) pontos de ancoragem específicos que permitam a instalação de cordas para realização de Rapel/Mac guire;

37. 01(um) Espelho Retrovisor externo.

38. Assentos e almofadas traseiras duplas removíveis em material anti-chama que permitam a configuração operacional e/ou de transporte de passageiros na cor cinza.

39. Kit de provisões estruturais para lançamento de equipes por rapel e Mac guire.

40. 01(um) sistema de navegação com capacidade de armazenar mapas digitalizados de cidades, inclusive ruas e avenidas, e regiões determinadas, integrado a um sistema de Imageamento térmico, com as seguintes características:

- 01(um) módulo GPS incorporado com monitor de Vídeo/FLIR/Câmera e painel de controle do CPU de armazenamento de dados.
- 02(duas) telas de cristal líquido coloridas, de Alta resolução e de 06(seis) polegadas, sendo 01(uma) no painel para visualização do piloto e do copiloto e 01(uma) na cabine traseira para visualização da tripulação, ambas com chaveamento para função vídeo e *Moving map*.
- Interface de integração de câmera infravermelha e *push button*.
- Mapas digitalizados da cidade de Brasília e de todas as demais cidades do Distrito Federal e entorno, inseridos no equipamento, cartas aeronáuticas WAC, ONC, TPC e CNAV do País; Cartas Náuticas do Lago Paranoá, Mapas Geopolítico e Rodoviário do Estado de Goiás e do Distrito Federal.
- Unidade de controle instalada no painel da aeronave, devendo basicamente possuir *push buttoms* e *knobs* rotatórios, teclado *touch pad* ou dispositivo superior para:
- Mudança e inclusão de dados e informações.
- Cartões de armazenamento e leitura de dados.
- Interface com sistema de monitoramento da turbina com apresentação dos parâmetros de voo e motor na tela.
- Interface com sistema de detecção de descargas eletromagnéticas *stormscope*.
- Interface com sistema de detecção de tráfego, TCAS ou TAS.
- 01 (um) Imageador térmico, (partes fixas e móveis), com as seguintes características:
- Câmera Infravermelha (monocromática) para visão noturna com Detector infravermelho de no mínimo 3º geração.
- Espectro eletromagnético de no mínimo 240x320 elementos detectores.
- Lentes com zoom ótico contínuo e três aberturas pré-fixadas (amplo, médio e estreito).
- Câmera de vídeo CCD para visão diurna/noturna de alta sensibilidade, sistema NTSC, com zoom ótico contínuo de no mínimo 18:1 mais zoom digital.
- Plataforma giro-estabilizada em pelo menos dois eixos (azimute e elevação), com giroscópios eletrônicos de fibra ótica.
- Movimentação de 360º contínuo em azimute e elevação.
- Sistema de acompanhamento automático de alvos operando tanto na câmera infravermelho quanto na de vídeo CCD. Interface que possibilite a aquisição de dados do GPS para apresentação de latitudes e longitudes no monitor. Interface com o farol de busca descrito acima, de modo a permitir a movimentação sincronizada do sistema com o farol de busca.
- Simbologia no monitor de vídeo que apresente informações da linha de visada do sistema (azimute e elevação em relação ao eixo da aeronave), data, hora, campo de visão (zoom) e informação do modo de operação.
- Sistema de Engate rápido, que possibilite a remoção da parte móvel do equipamento, para a sua eventual transferência à outra aeronave.
- Sistema de Gravador de imagens com entrada e saída de dados no próprio painel via USB, compatível com o sistema utilizado através do sistema ofertado.
- Entende-se como “partes fixas” a preparação da estrutura da aeronave para permitir, a instalação do sistema (ferragens), o suporte da torre (*gimble*), a cablagem e conexões elétricas, a parte superior do engate rápido, que permitam a instalação/remoção rápida do equipamento de/para outra aeronave.
- Entende-se como “partes móveis” do sistema, a torre (*gimble*), a parte inferior do engate rápido (colar), a unidade eletrônica de interface do sistema e o controle manual do sistema.
- 01 (um) sistema de monitoramento eletrônico dos dados da operação da célula e dos motores, com recursos de software para aquisição automática, análise e interpretação dos dados coletados, integrado ao sistema de mapas eletrônicos, com apresentação no monitor deste equipamento, saída USB para baixar os dados coletados.

13.9.2. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO (em dólar americano):** US\$ 2.415.000,00

13.9.3. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO(em reais):** R\$ 13.065.150,00

13.10. **HELICÓPTERO PR-PMF**

Fabricante	HELIBRAS
Modelo	AS 350 B2
Número de Série	7202
Tipo ICAO	AS50

Tipo de Habilitação para Pilotos	H350
Peso Máximo de Decolagem	2250 - Kg
Número dos Certificados (CM - CA)	20259
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	20/09/11
Data de Validade do CA	29/01/27
Data de Validade da CVA	29/01/26
Situação de Aeronavegabilidade	Normal
Capacidade	01(um) tripulante e 5 (cinco) passageiros
Proprietário/ Operador	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	08942610000116
Categoria de Registro	Publica Administração Direta Distrito Federal
Classe	Helicóptero 1 Motor Turboeixo

- 13.10.1. **CONFIGURAÇÃO**
A mesma do helicóptero PR-PMD.
- 13.10.2. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO (em dólar americano):** US\$ 2.415.000,00
- 13.10.3. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO(em reais):** R\$ 13.065.150,00

13.11. **AVIÃO PR-LLN**

Fabricante	CESSNA AIRCRAFT
Modelo	T210N / 1979
Número de Série	21063286
Tipo ICAO	C210
Tipo de Habilitação para Pilotos	MNTE
Peso Máximo de Decolagem	1814 – Kg

Número dos Certificados (CM - CA)	17266
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	25/11/10
Data de Validade do CA	Suspenso
Data de Validade da CVA	02/07/25
Situação de Aeronavegabilidade	Vencida
Capacidade	01(um) tripulante e 5 (cinco) passageiros
Proprietário	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	08942610000116
Categoria de Registro	ADD - Adm. Direta do Distrito Federal
Classe	Pouso Convencional 1 Motor Convencional

13.11.1. **CONFIGURAÇÃO**

1. 01 (um) Duplo Comando;
2. 01(um) Trem de Pouso Retrátil.
3. Posto de Comando com, no mínimo, os seguintes instrumentos:

- Horímetro;
- Painel de luzes de alarme;
- Amperímetro;
- Voltímetro;
- 01 (um) JPI EDM 830, Engine Data Management;
- Termômetro de Ar externo;
- 01 Tomada carregador USB Garmin (GSB 15).

4. Equipamentos de comunicação e navegação:

- 01(um) Velocímetro;
- 01(um) Altimetro Decodificador;
- 01(um) Indicador de Razão de Subida (Climb);
- 01(um) Cronômetro;
- 01(uma) Bússola Magnética.

5. Sistema de Navegação Pictorial, contendo:

- 01(um) Indicador HSI no Painel de Instrumentos, escravizado ao Sistema Giroscópio, com chave seletora de indicação de VOR/LOC e GPS, alternadamente;
- 01(um) Garmin GTN 750-GPS/NAV/COMM/MFD/STORMSCOP WX-500;
- 01(um) Garmin GFC 500 - Digital, Autopilot;
- 02(dois) Garmin G5 - Eletronic Flight Instrument for Certificated Aircraft;
- 01(um) Giro-horizonte;
- 01(um) Giro-bússola;
- 01(um) Sistema interno de comunicação com microfone (hot line);
- 02(dois) Equipamento VHF aeronáutico;
- 01(um) Receptor de ADF;
- 02(duas) Caixas de áudio Digital;

- 01(uma) Chave Master de Avionicos;
- 01(um) transmissor localizador de emergência (ELT) que opere na faixa de 406 MHz;
- 04 (quatro) Fones de ouvido David Clark;
- 02 (dois) Fones de Ouvido Bose A30;
- 06 (seis) Fones de ouvido;
- 01(um) Espelho Retrovisor externo, na asa;
- Luzes Anticolisão e de Navegação;
- Faróis de Pouso e de Taxi;
- 01(um) Conjunto de cintos de segurança individuais e retráteis.

- 13.11.2. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGUADO (em dólar americano):** US\$ 400.000,00
- 13.11.3. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGUADO(em reais):** R\$ 2.164.000,00

13.12. **AVIÃO PT-VKJ**

Fabricante	EMBRAER
Modelo	EMB-820C CARAJA
Número de Série	820163
Tipo ICAO	PAT4
Tipo de Habilitação para Pilotos	MLTE
Peso Máximo de Decolagem	3629 – Kg
Número dos Certificados (CM - CA)	12267
Situação no RAB	Normal
Data da Compra/Transferência	09/10/18
Data de Validade do CA	23/08/26
Data de Validade da CVA	23/08/25
Situação de Aeronavegabilidade	Normal
Capacidade	02 Tripulantes 06 passageiros
Proprietário	Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
CPF/CGC	08942610000116
Categoria de Registro	ADD - Adm. Direta do Distrito Federal
Classe	POUSO CONVENCIONAL 2 MOTORES TURBOHELICE

13.12.1. **CONFIGURAÇÃO**

1. (02)dois Cronômetro;
2. DME;
3. Luz de espera DME;
4. Seletor NAV1/NAV2 para DME;
5. Painel Múltiplo de alarmes;
6. Botão de teste do Painel Múltiplo de alarmes;

7. Interruptor de acoplamento do giro;
8. Interruptor do compensador elétrico do profundor;
9. (02)dois Velocímetros;
10. Indicador de NAV 2;
11. Indicador duplo de ADF;
12. (02)dois Indicador de altitude;
13. Indicador de curso (HSI);
14. (02)dois Indicador de curva de derrapagem;
15. Luzes "BETA";
16. (02)dois Altímetro;
17. (02)dois Indicador de razão de subida e descida;
18. Acoplador de rádio para o piloto automático;
19. Luz de glide slope acoplado;
20. Indicador TIT do motor esquerdo;
21. Indicador TIT do motor direito;
22. Indicador de torque do motor esquerdo;
23. Indicador de torque do motor direito;
24. Tacômetro da hélice (Nh) motor esquerdo;
25. Tacômetro da hélice (Nh) motor direito;
26. Tacômetro do gerador de gases (NG) do motor esquerdo;
27. Tacômetro do gerador de gases (NG) do motor direito;
28. Indicador de temperatura de óleo do motor esquerdo;
29. Indicador de temperatura de óleo do motor direito;
30. Indicador do fluxo de combustível do motor esquerdo;
31. Indicador do fluxo de combustível do motor direito;
32. Indicador duplo de pressão de óleo;
33. Indicador duplo de pressão de combustível;
34. Transceptor VHF 1;
35. Transceptor VHF 2;
36. Receptor NAV 1;
37. Receptor NAV 2;
38. Painel de áudio;
39. Transponder;
40. Receptor ADF 1;
41. Receptor ADF 2;
42. Radar meteorológico;
43. Transceptor AHF;
44. Indicador duplo de quantidade de combustível;
45. Totalizador de combustível consumido;
46. Indicador de pressão dos instrumentos giroscópios;
47. Indicador T2;
48. Giro direcional copiloto;
49. Interruptor/seletor dos inversores;
50. Interruptor de teste do governador de sobre velocidade;
51. (02) dois Jaques do microfone e fone;
52. Seletor de pressão estática;
53. Botão de controle do limpador de para- brisa;
54. Interruptor geral dos rádios;
55. Acendedor de cigarro;

56. Punho do Freio de estacionamento;
57. Seletora do trem de pouso;
58. Luzes do trem de pouso;
59. Comando do sincronizador de hélice;
60. Seletora de flapes;
61. Indicador de posição de flapes;
62. Comando do exaustor da cabine;
63. Indicador de pressão de oxigênio;
64. Comando de oxigênio;
65. Comando do aquecedor;
66. Comando do ar condicionado;
67. Controle de temperatura do ar aquecido;
68. Comando do desembaçador;
69. Comando da entrada do ar do aquecedor;
70. Comando da entrada do ar externo;
71. Bússola magnética;
72. Luzes de indicação do embandeiramento automático;
73. Interruptor do embandeiramento automático;
74. Altimetro codificador;
75. Garmin GTN 750 XI – GPS/NAV/COMM/MFD;
76. Garmin GI 275 - Attitude Indicator (AI/ADI AUTOPILOT INTEGRATION);
77. Garmin GI 275 - ENHANCED Horizontal Situation Indicator (HSI);
78. Garmin GI 275 GI 275 - Attitude Indicator (AI/ADI);
79. Garmin GTX 345R - ADS-B "In"/"Out" Transponder;
80. Garmin GMA 35c – Audio Panel;
81. Garmin GSB 15 - Type-A and Type-C, Rear Power Input;
82. MidContinent CHRONOS Digital Clock / High Power Dual USB-A/USB-C Charger and Voltmeter;
83. Luzes externas em LED (Whelen Aerospace Technologies - WAT) – Anti-Colision/Position Green (PN: 01-0790701-11), Anti-Colision/Position Red (PN: 01-0790701-12), Recog. Light (PN: 01-0772102-15), Tail Anti-Colision (PN: 01-0771774V02), Landing Light (PN: 01-0771833-20), TAXI Light (PN: 01-0771833-25).

13.12.2. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO (em dólar americano):** US\$ 1.600.000,00

13.12.3. **PREÇO TOTAL E VALOR A SER SEGURADO(em reais):** R\$ R\$ 8.656.000,00

14. **DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA CÁLCULO DO PRÊMIO**

14.1. Aeroporto de maior frequência:

- Aeroporto Internacional de Brasília – SBBR;

14.2. Média mensal de horas voadas:

- Nos Helicópteros - de 70 a 150 horas (estimado).
- Nos Aviões de 20 a 100 horas

14.3. Oficina de manutenção do helicóptero:

- LIDER Contrato PMDF nº 040/2023 (PP-FSP, PR-PMD, PR-PMF) além da própria Oficina Credenciada do BAVOP

- SAFRAN HELICOPTER ENGINES Contrato PMDF nº 046/2021
- HELIBRAS Contrato PMDF nº 070/2020
- FORMAER Contratos 031/2022 e 03/2024 (PR-LLN/PT-VKJ)

14.4. Utilização:

- Serviço Policial, Defesa Civil, Resgate e transporte Aeromédico, Transporte de Tropa, Instrução de Tripulação, Escoltas, Transporte de Autoridades, Cheque, Recheque e Voos Administrativos e etc;

14.5. Tripulação

- Comporá, via de regra, as aeronaves 1 (um) piloto Comandante, 1 (um) copiloto e 3 (três) Tripulantes operacionais. Entretanto, essa composição poderá ser alterada a depender do tipo de missão a ser desempenhada, podendo ser inclusos mecânicos, outros militares e civis, além de enfermos e servidores externos à Corporação, no limite máximo da aeronave.

14.6. Perímetro de cobertura:

- a) A maior parte da operação é realizada em Brasília, porém, eventualmente as aeronaves podem operar em todo o Território Nacional, caso em que devem permanecer seguros.

14.7. Informações gerais:

- Não existem registros de sinistros relacionados às aeronaves ou aos pilotos listados no presente Termo de Referência nos últimos 20 anos.
- Intervenções de manutenção realizadas por empresa homologada pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil);
- Operação sob a égide de Procedimentos Operacionais Padrão – POP;
- Voos de treinamento regulares;

14.8. Seguro atual (RETA):

- Apólice: nº 3038000120035;
- Seguradora: MAPFRE;
- Vencimento: 18/12/2025.

14.9. O início do novo contrato a ser licitado deverá ter termo inicial a partir da data da assinatura do contrato.

15. **DA EXPERIÊNCIA DOS PILOTOS**

15.1. COMANDANTES DE HELICÓPTEROS:

- a. Piloto Comercial de Helicóptero;
- b. Possui no mínimo 500 horas de voo totais em helicóptero;
- c. Frequentar preferencialmente Cursos e/ou instruções periódicas de Segurança de Voo, ainda que na própria Corporação;
- d. Frequentar preferencialmente instruções periódicas de treinamento de manobras e procedimentos de emergência, ainda que na própria Corporação;
- e. Apto em programa de treinamento do BAVOP/PMDF, para Comandante de Aeronave Policial;
- f. Apto a assumir a função de Comandante de aeronave Policial através de um Conselho de Voo.

15.2. COMANDANTES DE AVIÕES:

- a. Piloto Comercial de Avião;
- b. Possui no mínimo 300 horas de voo totais em avião;
- c. Frequentar preferencialmente Cursos e/ou instruções periódicas de Segurança de Voo, ainda que na própria Corporação;
- d. Frequentar preferencialmente instruções periódicas e treinamento de manobras e procedimentos de emergência, ainda que na própria Corporação;
- e. Apto em programa de treinamento do BAVOP/PMDF, para Comandante de Aeronave Policial;
- f. Apto a assumir a função de Comandante de aeronave Policial através de um Conselho de Voo.

15.3. Durante a execução do contrato, poderá solicitar endosso de novos pilotos na apólice das aeronaves, sem ônus para o contrato.

15.4. Relação de Pilotos:

Nome	CPF	DN	Licenças	Cód. ANAC	Horas de experiência					
					CESSNA 210	Total de avião	H350 B2	R44 RAVEN II	Total de helicóptero	HABILITAÇÕES
LOTUS VIEIRA LINS	688.333.771-72	14/12/75	PCH	115743	0	0	3200	5	3255	HMNC/HMNT
EMILIO CASTELLAR	561.473.331-00	01/05/73	PCH	113158	0	0	1250	0	1800	HMNC/HMNT
FERNANDO EDUARDO RAMOS PAZ	587.489.892-15	21/09/76	PCH	120385	0	0	1351	26	1377	HMNC/HMNT/INVH
VILNER BORGES DE FREITAS	816.980.701-87	20/10/77	PCH/ Checador ANAC	120393	0	0	1749	282	2031	HMNC/HMNT/INVH
GERALDO PEREIRA DA SILVA FILHO	689.000.741-72	31/07/79	PCH/ PPA	141446	30	70	1400	250	1650	HMNC/HMNT/MNTE/INVH/LPQH
MARCUS AURELIUS A. PINHO WERNECK	787.750.191-91	26/09/76	PPA/ PPH	163034	105	145	837	55	892	HMNC/HMNT/MNTE
VICTOR GABRIEL R. VIANA DE OLIVEIRA	730.908.671-68	03/05/86	PCH	141530	0	15	1100	100	1500	HMNC/HMNT/INVH
HUGO LEONARDO R. VIANA DE OLIVEIRA	730.908.401-20	03/05/86	PCH	141452	0	15	1454	475	1929	HMNC/HMNT/INVH
DANIEL BRUNO ALVES SANTANA	942.276.401-72	13/03/82	PPA/ PCH	161294	40	60	1120	75	1195	HMNC/HMNT/INVH
ATICO FREIRE LANDGRAF	004.516.261-17	02/09/83	PPA/ PPH	167267	76	116	490	21	584	HMNC/HMNT/MNTE
THIAGO VINICIUS BRANDÃO MOURA	993.380.171-68	04/08/84	PCH	164182	0	0	952	31	983	HMNC/HMNT
DAVID DE SOUSA SANTOS	805.573.331-72	22/09/79	PPA/PCH	101423	40	117	1195	265	1460	HMNC/HMNT/MNTE
RODRIGO DIOGO LISBOA DA LUZ	865.881.681-87	26/02/82	PCA	299788	500	700	48	2	50	MNTE/HMNT/HMNC
RONAN BARROS SAKAYO	021.711.131-97	18/10/86	PPH	289269	0	0	275	56	332	HMNC/HMNT
SANDEY MALCHER QUEIROZ SILVA	706.747.011-00	19/06/81	PPA	198500	120	180	0	0	0	MNTE
GUILHERME GONÇALVES DOS SANTOS	006.104.911-56	15/01/84	PCH	211023	0	0	700	50	750	HMNC/HMNT
RAPHAEL MARTINS DE OLIVEIRA	721.285.931-15	17/10/85	PCH	292298	0	0	492	46	538	HMNC/HMNT
KÉLITON DOS SANTOS SILVA	008.867.371-50	14/02/86	PCH	284850	0	0	468	46	612	HMNC/HMNT
ALEXANDRO LUIZ VIEIRA ANDRADE	768.524.901-49	11/08/1975	PCA	164372	340	340	0	0	0	MNTE
JOSÉ ANTÔNIO DE ÁVILA	712.218.911-20	13/02/81	PCA	374926	0	0	303	105	408	HMNT/HMNC
CLARISSA GOMES FERNANDES	001.305.121-09	05/06/1983	PPH	426176	0	0	170	40	210	HMNT/HMNC
RAIMUNDO LOUZEIRO	012.776.571-90	08/01/1985	PPH/PCH	429641	0	0	0	40	230	HMNT/HMNC
THATIANE MARÇAL DOS REIS	881.572.292-00	02/10/1987	PCH	413339	0	0	90	30	110	HMNT/HMNC
GABRIEL DE FRANCO FERNANDES	020.952.091-41	07/06/1989	PCA/PPH	195351	147	147	50	40	90	MNTE/HMNT/HMNC

THALES YURE CAVALCANTE SANTOS	043.841.471-39	26/02/1991	PPH	484697	0	0	50	30	80	HMNT/HMNC
JEAN CARLOS GOMES NUNES	029.395.660-03	20/11/1992	PPH	479953	0	0	60	30	90	HMNT/HMNC

16. DO PRAZO DE EXECUÇÃO, ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

16.1. Por se tratar de contrato de seguro aeronáutico, a cobertura terá validade de 12 (doze) meses a contar da emissão da apólice ou certificado de seguro emitido pela seguradora, entendendo como o período regulatório de manutenção de indenização em caso de sinistro.

16.2. O prazo para emissão de documento oficial (Apólice ou Certificado de Seguro Aeronáutico) **deverá ser no máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, onde o mesmo deverá ser entregue na sala da Seção de Projetos Contratos e Convênios do BAVOP sito a SRIA Área Especial 10 módulo “A” Guará II, Brasília-DF CEP: 71.070-701, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

16.3. Com o objetivo de verificar sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, o recebimento da apólice será realizado:

16.3.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade da apólice com as especificações constantes neste documento;

16.3.2. **Definitivamente**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no Termo de Referência e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

16.4. Caso a apólice entregue estiver em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, esta deverá ser substituída pela contratada em até **05 (cinco) dias** e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

16.5. O recebimento definitivo da apólice não obsta futuros questionamentos acerca de eventual conflito de regras estabelecidas com o Edital de contratação, o qual deverá ser interpretado em prol do interesse público e da Administração.

16.6. Em caso de perda total, deverá haver a substituição das aeronaves por outra equivalente às especificações previstas neste Termo de referência ou efetuar o pagamento da quantia certa em dinheiro, conforme limite estabelecido. Em caso de perda parcial, a contratada poderá efetuar a reparação dos danos.

16.7. Em caso de sinistro, deverá ser negociada com a PMDF/BAVOP a forma de indenização, que deverá ser preferencialmente na ordem de prevalência abaixo, podendo ser qualquer uma das três, ante a impossibilidade de atender a ordem de prioridade:

- a) Substituir a aeronave por outra equivalente;
- b) Pagar em dinheiro; ou
- c) Mandar reparar os danos.

17. DA VISTORIA

17.1. As empresas interessadas poderão fazer um reconhecimento do bem antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento sobre a extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, bem como se cientificarem de todos os detalhes necessários à perfeita execução dos serviços, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisões 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 do TCDF).

17.2. A proponente deverá apresentar, juntamente com os documentos da proposta, Termo da Vistoria realizada ou declaração de que se abstém da visita técnica e conhece todos os detalhes técnicos em relação ao local de execução do objeto.

17.3. As empresas interessadas em vistoriar o bem objeto dessa contratação, deverão entrar em contato com a Seção de Contratos e Convênios do BAvOp, por meio do telefone (61) 3190-7960, ou (61) 99666-6014 no horário de 13:00 às 19:00, de segunda-feira a quinta-feira e nas sextas-feiras das 07:00 às 13:00.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Prestar as informações e os esclarecimentos sobre o contrato, que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE.

18.2. Manter durante a execução do Contrato, as mesmas condições fiscais, econômicas e técnicas exigidas na licitação.

18.3. Indicar ao contratante, em comum acordo com o contratado, um representante/ preposto, preferencialmente corretor de seguros, e com sede no Distrito Federal, e com atestado de capacidade técnica referente ao objeto licitado, o qual deverá:

- a) Atender as solicitações da contratante, na resolução de pendências junto à contratada.

- b) Realizar a gestão das demandas referentes à administração do contrato, naquilo que diz respeito aos deveres contratuais da empresa CONTRATADA.
- 18.4. Acompanhar a execução do objeto em vigor.
- 18.5. Apresentar toda e qualquer documentação solicitada pelo CONTRATANTE.
- 18.6. Assegurar-se de que as determinações da Polícia Militar do Distrito Federal sejam disseminadas junto à empresa CONTRATADA.
- 18.7. Informar a CONTRATADA sobre problemas de qualquer natureza que possam impedir o bom andamento dos serviços.
- 18.8. Emitir e entregar à CONTRATANTE as respectivas apólices em até 15 (quinze) dias, a partir da assinatura do instrumento de contrato ou recebimento do empenho, Seção de Projetos Contratos e Convênios do BAVOP, correndo por sua conta todas as despesas de embalagem, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 18.9. Indenizar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a constatação da perda do bem segurado, a Contratante seguindo os critérios estabelecidos no presente Termo, consultado o executor do contrato, obedecendo a seguinte ordem:
- a) Substituir a aeronave por outra equivalente;
- b) Pagar em dinheiro; ou
- c) Mandar reparar os danos.
- 18.10. Cobrir os riscos da operação desenvolvida pelas referidas aeronaves conforme a apólice de seguro, levando-se em consideração o Certificado de Aeronavegabilidade da Aeronave.
- 18.11. Garantir a cobertura em todo território nacional.
- 18.12. Assegurar a cobertura para os riscos de ingestão de objetos estranhos na turbina e todas as demais situações elencadas no Termo.
- 18.13. Garantir o valor segurado do casco da aeronaves objetos deste termo de referência, conforme cotação mercadológica internacional da Aircraft Blue Book® para as aeronaves PP-FSP, PR-PMD, PR-PMF, PR-LLN, e conforme cotação no mercado brasileiro da aeronave PT-VKJ.
- 18.14. Registrar as franquias: em voo de 5% e em solo de 0,5%.
- 18.15. Assegurar a importância de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) a ser segurada para a cobertura LUC (RETA - 2º risco).
- 18.16. Arcar com todos os custos necessários para o fornecimento do seguro, incluindo despesas dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir.
- 18.17. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Distrito Federal ou a terceiros.
- 18.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos artigos 106 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 18.19. A contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.449, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 18.20. A contratada deverá cumprir, no que for aplicável, as disposições regulamentadas na Lei Distrital nº 6.112/2018, que versa sobre a obrigatoriedade da implantação do programa de integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública.
19. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**
- 19.1. Avisar à contratada quando houver a necessidade do serviço ou prestação da indenização.
- 19.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 19.3. Designar servidor como executor do contrato.
- 19.4. Comunicar à contratada sobre qualquer irregularidade que venha ocorrer no decorrer do contrato.
- 19.5. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

- 19.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estipulado neste instrumento.
- 19.7. Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços, conforme o caso.
- 19.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, quando relacionados ao objeto em alusão, respeitadas as informações técnicas e de segurança atinentes ao órgão.

20. **DAS FONTES DE RECURSO**

20.1. As fontes de recurso destinadas ao pagamento decorrente da presente contratação serão provenientes do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, instituído pela Lei Federal nº 10.633/2002; do Fundo de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme Resolução nº 01, de 03 de julho de 2024; do Tesouro do Governo do Distrito Federal – Fonte 100; de Transferências Voluntárias oriundas de Emendas Parlamentares Federais; de Transferências Voluntárias oriundas de Emendas Parlamentares Distritais; bem como de Convênios firmados para esta finalidade

21. **DO VALOR ESTIMADO**

21.1. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.655.484,93 (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos)**, conforme demonstrado a seguir:

Lote	Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
ÚNICO	1	AS 350 B2 (PP-FSP)	01	R\$ 296.296,52	R\$ 296.296,52
	2	AS 350 B2 (PR-PMD)	01	R\$ 508.785,52	R\$ 508.785,52
	3	AS 350 B2 (PR-PMF)	01	R\$ 508.785,52	R\$ 508.785,52
	4	Cessna T210 N (PR-LLN)	01	R\$ 139.433,82	R\$ 139.433,82
	5	EMB 820C (PT-VKJ)	01	R\$ 202.183,55	R\$ 202.183,55
	TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$ 1.655.484,93

22. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

22.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, na fase de habilitação, a empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa prestado ou estar prestando cobertura de seguro aeronáutico, compatível em características, quantidade e prazos com o objeto deste Termo de Referência.

- 22.1.1. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o (s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que a empresa prestou ou está prestando serviços de seguro aeronáutico de para, **no mínimo, 01 (uma) aeronave**.
- 22.1.2. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.

23. **DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

23.1. A empresa vencedora do certame deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, os documentos citados abaixo:

- 23.1.1. Certidão que comprove que a contratada pode atuar no ramo aeronáutico, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, ou autorização de igual equivalência para operar seguros aeronáuticos, conforme art. 78 do Decreto-Lei nº 73 de 1966;
- 23.1.2. Comprovação de que possui junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP Limite de Retenção no ramo aeronáutico de, no mínimo, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

- 23.1.3. Certidão de regularidade e/ou Nada Consta expedida pela SUSEP com o nome empresarial e o CNPJ correspondentes ao da licitante que participou da etapa de lances e se sagrou vencedora, se aplicável;
- 23.2. A não apresentação da citada documentação (válida) impedirá a assinatura do contrato e promoverá a desclassificação da empresa vencedora, convocando-se as demais empresas, em ordem de classificação, para prosseguimento do certame.
24. **DO PAGAMENTO**
- 24.1. O pagamento será efetuado na sua integralidade até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 24.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.
25. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**
- 25.1. Serão designados para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, conforme prevê o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, nos termos estabelecidos na Portaria PMDF n.º 728/2010, não eximindo, contudo, a contratada de eventuais responsabilidades não apontadas no decurso da execução do contrato, os seguintes policiais militares:

Função	Posto / Graduação	Nome	Matrícula
Executor	MAJ QOPM	RAPHAEL MARTINS DE OLIVEIRA	196.707/X
Substituto	1º TEN QOPM	GABRIEL DE FRANCO FERNANDES	734.915/7

- 25.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por comissão designada, na forma dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021 e dos Decretos nº 32.598/2010 e nº 32.753/2011.
- 25.3. O executor deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 25.4. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Termo de Referência, a Contratante reservar-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação de serviços.
26. **DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**
- 26.1. Para a cobertura do seguro, objeto deste Termo de Referência, será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e da proposta de preços da licitante vencedora.
- 26.2. Em existindo contradições ou incompatibilidades (não observadas anteriormente pelo executor) entre o conteúdo do contrato e da apólice, considera-se o disposto no contrato em favor da Administração, cujas cláusulas foram definidas na licitação e redigidas previamente.
- 26.3. **A vigência do contrato será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo, para os subsequentes exercícios financeiros, observado o limite estabelecido no art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021, após a verificação da real necessidade e com vantagens para o CONTRATANTE na continuidade deste CONTRATO, tendo em vista a natureza de serviços contínuos do contrato.
- 26.4. Uma eventual prorrogação está condicionada à vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, obedecidas as demais disposições legais, uma vez que o objeto em contratação reveste-se do caráter essencial para o órgão, característica essa que se atrela à necessidade de existência e manutenção do contrato, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração contratante.
- 26.5. Nesse sentido é a definição apresentada nos artigos 1º e 2º da Lei nº 4.766, de 22 de fevereiro de 2012:
- Art. 1º As licitações para prestação de serviços continuados no âmbito dos Poderes do Distrito Federal obedecerão ao disposto nesta Lei, sem prejuízo das demais normas aplicáveis à matéria.

Art. 2º Não se tratando de substituição de empresas para prestação do mesmo serviço, os editais e os contratos disporão, em cláusula, que, na seleção dos empregados para os novos postos de trabalho, terão prioridade os trabalhadores inscritos no cadastro unificado das Agências do Trabalhador do Distrito Federal.

§1º Para efeitos desta Lei, serviços continuados são os que envolvem as atividades instrumentais de limpeza e conservação, recepção, copa e cozinha, vigilância e segurança patrimonial, transportes, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.
- 26.6. E ainda o art. 15 da Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

27. DO REAJUSTE

27.1. Será admitido o reajuste do valor do contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses a contar da apresentação da proposta, conforme o Decreto nº 37.121/2016, analisado conforme o caso.

28. DO CONSÓRCIO, COOPERATIVAS E DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1. A participação de consórcios e cooperativas não serão admitidas, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

28.2. Pelo mesmo fato não há motivos para se admitir a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à Administração Pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

28.3. Registre-se que o benefício da subcontratação (compulsória) deve ser afastado quando da existência de uma das justificativas dispostas no art. 27, § 11, da Lei Distrital nº 4.611/2011, dentre as quais se destacam a inviabilidade sob o aspecto técnico ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, pelas mesmas justificativas elencadas nas razões pela adjudicação por lote.

28.4. Logo, como a subcontratação não pode atingir a totalidade do contrato, conforme leitura do artigo 122 da lei nº 14.133/2021, e a fragmentação das coberturas, conforme já exposto, geram prejuízos à Administração no tocante à execução contratual para delimitação de responsabilidade no hipótese de sinistro, sendo portanto vedado na presente contratação.

28.5. Urge ressaltar que, a divisibilidade do certame por itens corresponde a uma licitação e a um respectivo contrato, o que não garantiria maior celeridade e eficiência às várias etapas procedimentais relativas à licitação, a formalização e acompanhamento da execução do serviço, ao controle dos atos processuais, com reflexos na economia processual e financeira. E, ainda, não atenderia ao princípio da eficiência no sentido de preservar a elevada necessidade de manter a qualidade e nível da execução e acompanhamento dos serviços.

28.6. Luiz Rigolin¹ ressalta que

*“... a subcontratação deve revelar-se, em princípio e antes de sua materialização, desejavelmente **vantajosa** para a Administração contratante e o particular contratado, ou no mínimo indiferente para a Administração com relação à contratação mesma, ou seja 'não pior' para o Poder Público que aquela contratação originária.”*

28.7. Em suma, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU, uma vez admitida a subcontratação, esta somente pode alcançar parte do objeto contratado. Inclusive, esse Tribunal proferiu julgamento no sentido de que a subcontratação integral do objeto pactuado desnatura o certame licitatório e justifica a apenação do agente que a autorizou. Deste modo, entende-se que não há formas de divisão do objeto que não seja subcontratar uma outra empresa para atuar no mesmo local e com mesmo objeto, o que contraria veemente os julgados do TCU.

28.8. De igual maneira, não se aplica o benefício elencado nas Leis Complementares nº. 123/2006 e nº 147/2014, que versam sobre a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, em razão de o objeto ser indivisível.

[1] RIGOLIN, Ivan Barbosa. Subcontratação. Revista Zênite nº 449/171/MAI/2008.

29. DA SUSTENTABILIDADE

29.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 5º da Lei 14.133/2021, bem como o Decreto de nº 36.519/2015, que regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

30. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da cobertura é aquela prevista no Instrumento Convocatório.

31. DAS CONDIÇÕES GERAIS

31.1. Deverão estar inseridas nas condições gerais todas as condições ou explicações que não estiverem no corpo da proposta, como por exemplo: o entendimento sobre quem é o Comandante da aeronave.

31.2. Neste caso deverá vir estipulado nas condições gerais da seguinte maneira:

- Entende-se por piloto em comando, aquele que constar no plano de voo, na notificação, ou na escala de serviço do Batalhão de Aviação Operacional, como tal, admitindo-se a ocupação em ambos os assentos dianteiros, desde que os comandos de voo estejam disponíveis para exercício da função.
- Os casos omissos serão resolvidos em comum acordo, sempre em conformidade com a legislação/ jurisprudências vigentes.

31.3. A proposta enviada no momento da licitação somente será aceita pela Administração após análise do corpo técnico, a fim de aferir sua compatibilidade com as especificações e coberturas exigidas no Termo de Referência.

31.4. Eventuais questões não definidas no presente termo serão sanadas pelo Comandante do Comando de Policiamento Aéreo, à luz da legislação vigente, ouvido o Chefe do Departamento de Logística e Finanças da PMDF ou indicado por ele.

31.5. Todas as normas deverão obedecer ao disposto no Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei Nº 7.565, de 19/12/86, em seu capítulo VI, Da Garantia de Responsabilidade, art. 281, ART. 1º, I, da Circular BACEN Nº 2.217, de 24/08/92, e legislação apropriada, além de atender ao disposto no edital do respectivo Pregão eletrônico.

31.6. Destaca-se que será exigida a garantia de execução, conforme preconizado no Art. 96 da Lei 14.133/2021.

32. **DOS ANEXOS**

32.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência os seguintes Anexos:

Anexo A - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo B - Modelo de Declaração de Vistoria;

Anexo C - Modelo de Declaração de Abstenção de Vistoria.

ANEXO A

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da empresa)

À

Polícia Militar do Distrito Federal

Objeto: contratação de seguradora especializada na prestação dos serviços de seguro aeronáutico para os riscos que envolvem a operação das aeronaves pertencentes à carga Polícia Militar do Distrito Federal, operadas pelo Batalhão de Aviação Operacional.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida no(a) _____, para a contratação supramencionada, de acordo com todas as especificações e condições do Termo de Referência e seus Anexos.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
Lote Único	1	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo helicóptero; Fabricante: Helibrás; Modelo (tipo): AS 350 B2 ; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 2250kg; Ano de fabricação: 1991; Prefixo: PP-FSP ; Turbina: 1 motor turbo eixo Arriel 1D1, número de série HB 1148-2430; Aeródromo de registro: SBRR; Categoria de utilização: ADD; Lotação: 01 (um) tripulante mais 05 (cinco) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 70 a 150 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Líder Aviação, Oficina PMDF, Safran helicopters engines e HELIBRAS; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		
	2	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo helicóptero; Fabricante: Helibrás; Modelo (tipo): AS 350 B2 ; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 2250kg; Ano de fabricação: 2011; Prefixo: PR-PMD ; Turbina: 1 motor turbo eixo Arriel 1D1, número de série HB 7144; Aeródromo de registro: SBRR; Categoria de utilização: ADD; Lotação: 01 (um) tripulante mais 05 (cinco) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 70 a 150 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Líder Aviação, Oficina PMDF, Safran helicopters engines e HELIBRAS; O seguro em alusão	und.	1		

	abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.				
3	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo helicóptero; Fabricante: Helibrás; Modelo (tipo): AS 350 B2 ; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 2250kg; Ano de fabricação: 2011; Prefixo: PR-PMF ; Turbina: 1 motor turbo eixo Arriel 1D1, número de série HB 17202; Aeródromo de registro: SBBR; Categoria de utilização: ADD; Lotação: 01 (um) tripulante mais 05 (cinco) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 70 a 150 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Líder Aviação, Oficina PMDF, Safran helicopters engines e HELIBRAS; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		
4	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo avião; Fabricante: Cessan Aircraft; Modelo (tipo): T210N ; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 1814kg; Ano de fabricação: 1979; Prefixo: PR-LLN ; 1 motor Convencional, trem de pouso convencional, número de série 21063286; Aeródromo de registro: SBBR; Categoria de utilização: ADD; Lotação: 01 (um) tripulante mais 05 (cinco) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 20 a 100 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Formaer Manutenção; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		
5	Contratação de empresa especializada no fornecimento de coberturas de seguros no ramo aeronáutico para a aeronave tipo avião; Fabricante: Embraer ; Modelo (tipo): PAT4; Peso Máximo de Decolagem – PMD: 3629kg; Ano de fabricação: 1988; Prefixo: PT-VKJ ; 2 motores Turbohélice, trem de pouso convencional número de série 820163; Aeródromo de registro: SBBR; Categoria de utilização: ADE; Lotação: 02 (dois) tripulantes mais 06 (passageiros) passageiros; Perímetro para cobertura: Brasil; Média de voo mensal: estimado 20 a 100 horas; Oficina homologada que realiza as inspeções e manutenção: Formaer Manutenção; O seguro em alusão abrange as coberturas de CASCO/LUC, Aditivo “A” e RETA, Aditivo “B” (classe 1 a 4), e adicionais.	und.	1		

- 1) Valor unitário estimado: R\$ _____ (valor por extenso).
- 2) Valor total estimado: R\$ _____ (valor por extenso).
- 3) Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.
- 5) Declaramos de que cumprimos todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos.
- 6) Os dados da nossa empresa são:
 - a) Razão Social: _____;
 - b) CNPJ (MF) nº: _____;
 - c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: _____;
 - d) CPF: _____ RG: _____ - _____;
 - e) Inscrição Estadual nº: _____;
 - f) Endereço: _____;
 - g) Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____;
 - h) CEP: _____; e
 - i) Cidade: _____ Estado: _____.
 - j) Banco: _____ Conta Corrente: _____ Agência: _____;
 - k) Contato: _____ Fone/Ramal: _____

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO B**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no(a) _____, na cidade de _____, estado _____, neste ato representada pelo seu representante legal, _____, inscrito no CPF (ou CRA) sob o nº _____, declara que tomou pleno conhecimento dos endereços onde os serviços serão realizados, bem como de todas as particularidades e peculiaridades que cada posto, não podendo alegar no futuro desconhecimento do aqui tratado, para quaisquer fins e efeitos.

Por ser verdade, firmo a presente,

Brasília, de de 2025.

Representante da Empresa

ANEXO C

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA

Declaro que, em ____/____/2025, a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada no _____ está ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços referentes ao objeto do Termo de Referência.

Brasília, de de 2025.

Representante da Empresa

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

(Processo Administrativo n.º.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) E

O Distrito Federal por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal, com sede no Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo Chefe do Departamento de Logística e Finanças o Coronel QOPM (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n./...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)
- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Lote Único	1						
	2						
	3						
	4						
	5						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de _____ dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.4. **Multa:**
- 11.2.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.2.6. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.2.7. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.2.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.2.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 2. as peculiaridades do caso concreto;
 3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 4. os danos que dela provierem para o Contratante;
 5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brasília, ____ de _____ de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do Distrito Federal através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no Endereço: Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do DF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.



Documento assinado eletronicamente por **HERBERT DE ALMEIDA JARDIM - CEL QOPM, Matr.0050508-0, Chefe do Departamento de Logística e Finanças**, em 26/11/2025, às 19:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=188210617)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **188210617** código CRC= **DB4BFB5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAISo Setor Policial Sul - Bairro Asa Sul - CEP 70610200 - DF
Telefone(s): 3190 5509
Sítio - www.pm.df.gov.br

00054-00121733/2025-54

Doc. SEI/GDF 188210617